



VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



**SIMPÓSIO ONLINE Nº 26**

**Simpósio:**

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DISCRIMINAÇÃO ALGORITÍMICA: REFLEXOS NOS DIREITOS HUMANOS

**Coordenadores:**

**Nome do Coordenador 1:** Adalberto Simão Filho

**Vinculação Institucional:** Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP

**Resumo Curricular:** Mestre e Doutor em Direito das Relações Sociais pela PUC- SP; Pós-Doutor em Direito e Educação pela na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal e Pós-Doutorando em Novas tecnologias e Direito pela Mediterranea International for Human Rights Research- MICHR-Reggio-Calabria-Italy; Professor Titular dos Programas de Mestrado e Doutorado em direitos coletivos e cidadania da Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP- Brasil ; Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito Empresarial da PUC/Cogea, Diretor do Instituto Avançado de Proteção de Dados- IAPD- Brasil

**Nome da Coordenadora 2:** Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

**Vinculação Institucional:** Universidade de Ribeirão Preto- UNAERP; Universidade Federal de Goiás

**Resumo Curricular:** Pesquisadora e extensionista. Mestre em Direito Civil e Doutora em Direito Empresarial pela PUC SP, é professora titular da Universidade Federal de Goiás, nos Programas de Pós Graduação em Direito Agrário e no Doutorado da Rede Pro Centro Oeste de Biotecnologia Biodiversidade, e no Programa de Mestrado e de Doutorado da Universidade de Ribeirão Preto. Pesquisadora bolsista produtividade do CNPq, fez estágio pós doutoral na Universidade de Coimbra. Atua em Grupos de Pesquisa), dedicando-se às questões de direito empresarial e societário, da propriedade intelectual na exploração econômica da biodiversidade, e no desenvolvimento e sustentabilidade, produção agrícola integrada, sob uma perspectiva das comunidades tradicionais quilombolas, dos direitos coletivos, do pluralismo jurídico e da democracia participativa. É membro da Rede para o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano. Autora de várias obras de direito. É avaliadora do INEP, supervisora da SESU (ad hoc) e parecerista CNPq (ad hoc). É avaliadora ad hoc da Capes, FAPEG e FAPEMIG. Integra o Conselho Editorial de vários periódicos científicos. É editora da Revista da Faculdade de Direito da UFG

**Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):**

Direito de não discriminação em Inteligência Artificial e proteção de dados pessoais;

Um modelo de Inteligência Artificial que detém algoritmo conceituado como uma sequência finita de instruções executadas por um programa de computador, com o objetivo de processar informações para um fim específico, pode acabar por expressar um viés discriminatório de qualquer natureza, gerando situações de injustiça ou de agressão a bens e direitos fundamentais do ser humano, que transcendem a ordem de princípios universais, independentemente de mera positivação, requerendo proteção que vai além do amparo individual das pessoas e abrange toda a coletividade.

Os temas nucleares desta linha de pesquisa, referem-se ao direito de não ser discriminado em razão de um viés intencional ou involuntário que possa ter resultado num algoritmo tóxico decorrente do uso de inteligência artificial e de seus efeitos na proteção dos dados pessoais dos titulares.

Direito ao “due process of law” e a não discriminação algorítmica;



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



@cidhcoimbra



**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



A utilização de modelos de Inteligência Artificial deve garantir a segurança jurídica e colaborar para que o Poder Judiciário respeite a igualdade de tratamento aos casos absolutamente iguais, a partir de amostras representativas e observância às cautelas necessárias quanto aos dados pessoais, afastando-se tendências e viés discriminatórios.

As decisões judiciais apoiadas em ferramentas de Inteligência Artificial devem preservar a igualdade, a não discriminação, a pluralidade e a solidariedade, auxiliando no julgamento justo, com criação de condições que visem eliminar ou minimizar a opressão, a marginalização do ser humano e os erros de julgamento decorrentes de preconceitos, evitando-se a perda de uma chance, em prestígio ao acesso à justiça igualitária e paritária.

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:**

**Português (X)**

**Inglês (X)**

**Espanhol (X)**

**Italiano (X)**





VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



ONLINE SYMPOSIUM Nº 26

**Symposium:**

ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ALGORITHMIC DISCRIMINATION.  
REFLECTIONS ON HUMAN RIGHTS

**Coordinators:**

**Name of Coordinator 1:** Adalberto Simão Filho

**Institutional Vinculation:** University of Ribeirão Preto-UNAERP

**Curriculum Summary:** Master and Doctor in Social Relations Law from PUC-SP; Post-Doctorate in Law and Education from the Faculty of Law of the University of Coimbra, Portugal and Post-Doctorate in New Technologies and Law for Mediterranean International for Human Rights Research- MICHRR-Reggio-Calabria-Italy; Full Professor of the Masters and Doctoral Programs in Collective Rights and Citizenship at the University of Ribeirão Preto-UNAERP- Brasil; Professor of the Postgraduate Program in Business Law at PUC/ Cogear, Director of the Advanced Institute for Data Protection- IAPD- Brazil

**Name of Coordinator 2:** Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

**Institutional Vinculation:** University of Ribeirão Preto- UNAERP; Universidade Federal de Goiás

**Curriculum Summary:** Researcher and extensionist. Master in Civil Law and Doctor in Business Law from PUC SP, she is a professor at the Federal University of Goiás, in the Postgraduate Programs in Agrarian Law and in the Doctorate of the Pro Centro Oeste Network of Biotechnology Biodiversity, and in the Master and Doctoral Program from the University of Ribeirão Preto. Researcher with a productivity grant from CNPq, she did a post-doctoral internship at the University of Coimbra. He works in Research Groups (2000-current), focusing on issues of corporate and corporate law, intellectual property in the economic exploitation of biodiversity, and development and sustainability, integrated agricultural production, from the perspective of traditional quilombola communities, collective rights, legal pluralism and participatory democracy. She is a member of the Network for New Latin American Democratic Constitutionalism. Author of several works of law. She is an INEP evaluator, SESU supervisor (ad hoc) and CNPq reviewer (ad hoc). She is an ad hoc evaluator for Capes, FAPEG and FAPEMIG. She is a member of the Editorial Board of several scientific journals. She is editor of the Journal of the Faculty of Law at UFG

**Line(s) of discussion (symposium description):**

Right to non-discrimination in Artificial Intelligence and protection of personal data;

An Artificial Intelligence model that has an algorithm conceptualized as a finite sequence of instructions executed by a computer program, with the objective of processing information for a specific purpose, may end up expressing a discriminatory bias of any nature, generating situations of injustice or injustice. aggression against fundamental human rights and goods, which transcend the order of universal principles, regardless of mere positivization, requiring protection that goes beyond the individual protection of people and encompasses the whole community. The core themes of this line of research refer to the right not to be discriminated against due to an intentional or involuntary bias that may have resulted in a toxic algorithm resulting from the use of artificial intelligence and its effects on the protection of the holders' personal data.

Right to “due process of law” and algorithmic non-discrimination;



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



@cidhcoimbra



**VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



The use of Artificial Intelligence models must guarantee legal certainty and collaborate so that the Judiciary respects equal treatment of absolutely equal cases, based on representative samples and observance of the necessary precautions regarding personal data, moving away from trends and bias. discriminatory. Judicial decisions supported by Artificial Intelligence tools must preserve equality, non-discrimination, plurality and solidarity, assisting in a fair trial, with the creation of conditions that aim to eliminate or minimize oppression, the marginalization of the human being and errors of judgment arising from prejudice, avoiding the loss of a chance, in prestige of access to equal and parity justice.

**Languages of abstracts that will be accepted for presentation:**

**Portuguese (X)**

**English (X)**

**Spanish (X)**

**Italian (X)**



## SIMPOSIO EN LÍNEA Nº 26

### Simposio:

INTELIGENCIA ARTIFICIAL Y DISCRIMINACIÓN ALGORITMICA: REFLEXIONES  
SOBRE LOS DERECHOS HUMANOS

### Coordinadores:

**Nombre del Coordinador 1:** Adalberto Simão Filho

**Filiación Institucional:** Universidad De Ribeirão Preto-UNAERP

**Resumen Curricular:** Maestría y Doctorado en Derecho de las Relaciones Sociales por la PUC-SP; Posdoctorado en Derecho y Educación por la Facultad de Derecho de la Universidad de Coimbra, Portugal y Posdoctorado en Nuevas Tecnologías y Derecho por Mediterranea International para la Investigación en Derechos Humanos- MICHR-Reggio-Calabria-Italia; Profesor Titular de los Programas de Maestría y Doctorado en Derechos Colectivos y Ciudadanía de la Universidad de Ribeirão Preto-UNAERP- Brasil; Profesor del Programa de Posgrado en Derecho Empresarial de la PUC/ Cogea, Director del Instituto Avanzado de Protección de Datos - IAPD - Brasil

**Nombre de la Coordinadora 2:** Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega

**Filiación Institucional:** Universidad de Ribeirão Preto-Unaerp; Universidade Federal de Goiás.

**Resumen Curricular:** Investigadora y extensionista. Maestra en Derecho Civil y Doctora en Derecho Empresarial por la PUC SP, es profesora de la Universidad Federal de Goiás, en los Programas de Posgrado en Derecho Agrario y en el Doctorado de la Red Pro Centro Oeste de Biotecnología Biodiversidad, y en la Maestría y Programa de Doctorado de la Universidad de Ribeirão Preto. Investigadora con beca de productividad del CNPq, realizó una pasantía posdoctoral en la Universidad de Coimbra. Trabaja en Grupos de Investigación), enfocándose en temas de derecho corporativo y societario, propiedad intelectual en el aprovechamiento económico de la biodiversidad, y desarrollo y sustentabilidad, producción agropecuaria integrada, desde la perspectiva de las comunidades quilombolas tradicionales, derechos colectivos, pluralismo y democracia participativa. Es miembro de la Red por el Nuevo Constitucionalismo Democrático Latinoamericano. Autora de varias obras de derecho. Es evaluadora del INEP, supervisora del SESU (ad hoc) y revisora del CNPq (ad hoc). Es evaluadora ad hoc de Capes, FAPEG y FAPEMIG. Es miembro del Consejo Editorial de varias revistas científicas. Es editora de la Revista de la Facultad de Derecho de la UFG

### Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Derecho a la no discriminación en Inteligencia Artificial y protección de datos personales;

Un modelo de Inteligencia Artificial que tenga un algoritmo conceptualizado como una secuencia finita de instrucciones ejecutadas por un programa de computadora, con el objetivo de procesar información para un propósito específico, puede terminar expresando un sesgo discriminatorio de cualquier naturaleza, generando situaciones de injusticia o injusticia. agresión contra los derechos humanos y bienes fundamentales, que trascienden el orden de los principios universales, independientemente de la mera positivización, exigiendo una protección que va más allá de la protección individual de las personas y abarca a toda la comunidad.

Los temas centrales de esta línea de investigación se refieren al derecho a no ser discriminado por un sesgo intencional o involuntario que pueda haber resultado en un algoritmo tóxico derivado del uso de inteligencia artificial y sus efectos en la protección de los datos personales de los titulares.



Derecho al “debido proceso legal” y no discriminación algorítmica;

El uso de modelos de Inteligencia Artificial debe garantizar la seguridad jurídica y colaborar para que el Poder Judicial respete la igualdad de trato de casos absolutamente iguales, con base en muestras representativas y la observancia de las precauciones necesarias en materia de datos personales, alejándose de tendencias y sesgos discriminatorios.

Las decisiones judiciales apoyadas en herramientas de Inteligencia Artificial deben preservar la igualdad, la no discriminación, la pluralidad y la solidaridad, coadyuvando a un juicio justo, con la creación de condiciones que apunten a eliminar o minimizar la opresión, la marginación del ser humano y los errores de juicio derivados de prejuicio, evitando la pérdida de una oportunidad, en prestigio de acceso a la justicia igual y paritaria.

**Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:**

**Portugués (X)**

**Inglés (X)**

**Español (X)**

**Italiano (X)**

